

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

51.^a Reunião
(12 de março de 2015)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 16 horas e 10 minutos.

O Dr. Miguel Frasquilho (ex-Diretor Coordenador do Espírito Santo Research), após ter saudado a Comissão, respondeu aos Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Duarte Pacheco (PSD) e José Magalhães (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 24 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

Eram 16 horas e 10 minutos.

Vamos hoje proceder à audição do Sr. Dr. Miguel Frasilho, que cumprimento, que está aqui na qualidade de ex-Diretor Coordenador do Espírito Santo Research. O Sr. Dr. Miguel Frasilho não fará uma exposição inicial, pelo que começará, desde já, a responder às perguntas formuladas pelos Srs. Deputados.

Antes disso, porém, o Sr. Dr. Miguel Frasilho quer deixar uma breve palavra de saudação, para o que lhe dou a palavra.

O Sr. Dr. **Miguel Frasilho** (ex-Diretor Coordenador do Espírito Santo Research): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. É um gosto regressar a esta Casa que conheço bem, pelo que é um gosto estar aqui.

Estou totalmente disponível para responder às questões que entenderem colocar-me nos próximos minutos, nas próximas horas, enfim, durante o tempo que entenderem, e espero que seja uma reunião produtiva.

O Sr. **Presidente**: — Será com certeza produtiva, mas tenho a certeza de que não se prolongará por horas, até porque à hora das votações teremos de estar no Plenário e, nessa altura, eventualmente, mas espero que não seja necessário, teremos de interromper a reunião, se ainda não tiver terminado.

Assim sendo, dou, desde já, a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Miguel Frاسquillo, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo — aliás, foi nosso colega Deputado ainda nesta Legislatura, como noutras — e dar-lhe as boas-vindas ao Parlamento.

A minha primeira pergunta é muito simples. Nós sabemos que vem aqui enquanto ex-Diretor Coordenador do departamento de *research* e que era um quadro superior do BES.

Ora, a minha primeira pergunta, muito simples, é esta: quando é que começou a sua relação com o BES? Que tipo de funções foi convidado a desempenhar no BES? Durante quanto tempo as desempenhou e em que é que consistiram?

O Sr. Dr. **Miguel Frاسquillo**: — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, é um gosto aqui estar, repito.

Respondendo às suas questões, a minha ligação ao Banco Espírito Santo iniciou-se em 1996, a convite do Dr. Manuel Pinho, de quem tinha sido aluno e de quem fui, depois, assistente na universidade. Portanto, nessa altura, tinha uma relação de amizade com o Dr. Manuel Pinho, relação, que, aliás, perdura até hoje, e foi ele quem me convidou para ir para o Banco Espírito Santo para, precisamente, já nessa altura, montar um departamento de *research*.

E, então, o que é o departamento de *research*? É o departamento de análise, de investigação, onde é feita análise económica, onde são feitas as projeções sobre as principais variáveis macroeconómicas não só para Portugal mas para a economia global, naturalmente com maior relevância numas áreas do que noutras. Portanto, é um departamento que, diria, poderia perfeitamente estar sediado numa universidade e, neste caso, era um

departamento de apoio à atividade central do Banco Espírito Santo. Não se tratava de uma área central de atividade, era uma área de apoio.

Portanto, foi aí que iniciei a minha ligação. Ascendi a chefe do Research em 1997, portanto, pouco tempo depois; suspendi funções quando integrei o XV Governo Constitucional e fui Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças; regressei, depois, em 2003, altura em que, de resto, também assumi as minhas funções enquanto Deputado, neste Parlamento. Regressei às funções de chefe do Research, sendo certo que, nessa altura, o âmbito do Research, que era macroeconómico, foi alargado, tendo também uma área de *research* setorial, em que eram estudados diversos setores da nossa economia, o que foi entendido como uma aposta interessante, dada a presença do Banco Espírito Santo em diversos setores de atividade.

Nessa altura, reportava ainda ao Dr. Manuel Pinho e, mais tarde, reportei, durante cerca de um ano, ao Presidente da Comissão Executiva, Dr. Ricardo Salgado, e, depois, desde 2006/2007, reportei sempre ao Dr. Amílcar Morais Pires, que era o administrador que tinha a tutela do Espírito Santo Research.

É bom notar que, nesta área do *research*, não se encontrava o *research* de ações, ou seja, o *equity research*, que era uma área que estava sediada no Banco Espírito Santo Investimento, onde, aí sim, eram feitas recomendações de compra, de venda, de interesse, de não interesse, em relação a determinadas empresas. Eu não tinha nada a ver com essa área; a minha análise era económica — aliás, sou economista de profissão e prezo muito essa minha qualidade, que me tem ajudado ao longo da minha vida profissional.

Só para concluir, nesta fase, dir-lhe-ei que, mais tarde, foi ainda criado um núcleo de *research* estratégico, que, ao contrário dos outros dois núcleos, o *research* macroeconómico e o *research* setorial, que tinham um calendário

próprio de trabalhos que eram executados, este *research* estratégico, dizia, correspondia mais a pedidos que eram feitos por todas as áreas do Grupo Espírito Santo, mas centrando-se sempre numa análise económica daquilo que acontecia.

Mais tarde ainda, em 2011, e por força do pedido de ajuda financeira internacional que o Estado português se viu na contingência de ter de pedir às instituições, como agora são apelidadas, foi decidido que o *research* estratégico se transformaria — e foi exatamente isso que aconteceu — num núcleo de acompanhamento do Memorando de Entendimento. E foi isso que vigorou. Era esta a configuração do Espírito Santo Research, da qual fui o diretor responsável, até ao fim das minhas funções, o que aconteceu em abril de 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Disse-nos que reportava, numa primeira fase, ao Dr. Manuel Pinho, depois, numa outra fase, ao Dr. Ricardo Salgado, e não percebi se ao mesmo tempo se numa fase posterior a Amílcar Moraes Pires.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Numa fase posterior, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que lhe pergunto é — e sobretudo tendo em conta a criação destes novos departamentos ou direções, uma setorial e outra estratégica, dentro da área de *research* — como é que era a relação com estas duas pessoas a quem reportava, isto é, com o Dr. Ricardo Salgado e com o Dr. Amílcar Moraes Pires? Que tipo de perguntas é que lhe faziam? Sobre que áreas é que se queriam informar? Que tipo de negócios e de atividades é que os interessava mais?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr.^a Deputada, de negócios, não falava com eles. Falava essencialmente daquilo que eram as minhas atribuições, que era fazer a análise económica. Falava das grandes tendências globais e também das tendências da economia portuguesa. Era importante saber se Portugal cumpriria, ou não, por exemplo, o défice público que tinha sido orçamentado; se o endividamento externo estava ou não a aumentar; se a economia tinha mais dinamismo; como é que eram as tendências da União Europeia e, em particular, da zona euro; o que é que se previa para as taxas de juro que os bancos centrais dirigiam.

Portanto, direi que, como com todo o conselho de administração do Banco Espírito Santo e como com todos os administradores, eu mantinha uma relação muito profissional e bastante cordial com ambos, quer com o Dr. Ricardo Salgado quer com o Dr. Amílcar Morais Pires.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Relativamente a essa última parte de que falou, isto é, do *research* estratégico e da fase em que entramos no Memorando de Entendimento e em que este setor se transforma quase num núcleo de acompanhamento do Memorando de Entendimento, havia, no âmbito do Memorando de Entendimento, um pilar que era precisamente o da sustentabilidade e da consistência do sistema financeiro. Nesse âmbito, havia fundos e havia vários bancos que recorreram a uma recapitalização. O BES foi um dos que não recorreu a essa recapitalização. Alguma vez alguma destas pessoas a quem reportava lhe fez perguntas sobre essa matéria, ou isso nunca foi discutido no âmbito das suas funções?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, isso nunca foi discutido no âmbito das minhas funções.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Do ponto de vista da área setorial do departamento de *research*, sobre que setores é que estas duas pessoas queriam estar informadas? Disse-nos que havia vários setores que eram alvo de uma visão mais aprofundada. Consegue explicar-nos um pouco melhor que setores eram esses?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Consigo, Sr.^a Deputada.

Foram feitos diversos estudos, de caráter quer setorial, quer regional, isto é, sobre as regiões do País, quer internacional, e também sobre a sustentabilidade e inovação, que era algo muito importante para as condições da nossa economia.

No que toca aos estudos setoriais, posso citar-lhe uma quantidade estudos que foram feitos e que dizem respeito, por exemplo, a demografia, agricultura, pescas, conservas de peixe, fileira florestal, calçado, automóvel, construção, energia e energias renováveis, portos e infraestruturas de transporte, comércio, distribuição e logística, turismo imobiliário, saúde e farmácias. Estou a dar-lhe um exemplo. Naturalmente, nunca o *research* setorial realizou um estudo sobre o setor financeiro.

E deixe-me dizer-lhe — há pouco, escapou-me, mas penso ser importante — que os nossos trabalhos, no âmbito quer macroeconómico, quer setorial, quer depois do Memorando de Entendimento, eram distribuídos a todas as unidades não só do Banco mas também do Grupo Espírito Santo, porque se tratava de um apoio a montante. Ou seja, antes de qualquer processo de decisão, fosse ele do que fosse e sobre que matérias fosse, havia um enquadramento. E esse enquadramento, quer do ponto de vista macroeconómico — internacional, nacional, etc. — quer do ponto de vista setorial, era feito por nós e era distribuído, tendo uma ampla divulgação não só no Banco e no Grupo mas também no *site* do Banco Espírito Santo,

para quem quisesse consultar. E havia vários documentos que eram enviados para clientes, fossem eles empresas ou particulares; chegámos mesmo a atingir alguns milhares de clientes para os quais o *research* era enviado.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E porque isto é importante para percebermos da relevância da sua presença aqui, o que lhe pergunto é se isto era uma atividade unilateral, no sentido de que o departamento de *research* fazia pesquisa e depois enviava todo este *apport* para os diversos setores não só do Banco mas também do Grupo e até dos clientes, e esses estudos eram ou não aplicados em casos concretos, ou se havia algum *feedback* e também havia casos concretos que voltavam a este departamento.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Se a Sr.^a Deputada pudesse ser um pouco mais explícita, agradecia. Voltavam, como?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O que queria perguntar era o seguinte: normalmente, o que acontece, quando há departamentos desta natureza, é que há estudos, pesquisas, etc., que são utilizados como meios acessórios de decisão em casos concretos, mas esses casos concretos, depois, não voltam, nem chegam ao conhecimento destes departamentos. Eles enviam, por assim dizer, a análise macroeconómica, e ponto final.

O que pergunto é se houve algum caso em que este departamento também tenha analisado algum caso concreto ou algum projeto concreto do Grupo ou do Banco.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Alguma área de negócio em concreto quer a Sr.^a Deputada dizer. Não, Sr.^a Deputada, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mudando de assunto, em relação àquilo que foram, digamos, os vários problemas — não diria o cerne dos problemas, porque houve vários, diria que os problemas do Banco Espírito Santo e do Grupo Espírito Santo têm vários centros e vários cerne —, por volta de 2001, os auditores do BES, no caso a Price, detetaram ou já falavam da existência de um risco na concessão e extensão de créditos inapropriados. Mais tarde, veio a perceber-se que, de facto, estes riscos existiam e que, sobretudo a ESI, que era uma das *holdings* do Grupo — não a *holding* de topo, mas a *holding* de subtopo, digamos —, tinha, de facto, contas muito distanciadas da realidade (para não dizer mesmo, chamando as coisas pelo nome, falsificadas) e que isso veio a ter consequências muito danosas e daninhas para todo o Grupo. Alguma vez teve algum contacto com a ESI ou com a concessão de créditos no Grupo BES?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Alguma vez teve algum contacto com a venda de papel comercial de empresas do próprio Grupo, ou de outros grupos, ou com a venda de obrigações do próprio banco aos balcões do Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe o que é a Eurofin? Teve alguma relação com esta empresa?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Ouvi falar pela primeira vez da Eurofin aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando estava a assistir a uma reunião pela televisão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação ao BES Angola e no âmbito das suas funções, porque é natural – lembro-me de um período em que Angola era vista como um país de grandes oportunidades de negócio –, alguma vez teve alguma relação, até no âmbito destes estudos, com o BES Angola? Esses estudos eram partilhados com o mercado angolano? Havia alguma relação entre os dois mercados?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Uma excelente questão, Sr.^a Deputada.

No ano de 2007, eu próprio tive oportunidade de me deslocar a Angola, porque era altura em que o Research ia começar a cobrir a economia angolana, quer do ponto de vista setorial quer do ponto de vista macroeconómico.

Portanto, nessa altura, estive em Angola dois dias, com o Dr. Álvaro Sobrinho, e tive oportunidade de contactar com diversas instituições, entre universidades, banco central, alguns departamentos governamentais e o Instituto de Estatística para dar a conhecer o trabalho que se iria realizar e para também podermos ter algum manancial de informação estatística que, como se sabe, não era abundante em Angola e que nos fazia falta para começarmos a cobrir o mercado angolano, o que começámos a fazer numa base trimestral.

Este foi o contacto que tive, em 2007, com a realidade angolana e com o BESA.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, creio não ter mais perguntas a colocar, mas, se for caso disso, numa segunda ronda, voltarei a usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Miguel Frasquilho com quem já tivemos oportunidade de trabalhar aqui, na Assembleia da República.

Já nos explicou como é que foi convidado para o BES, mas algumas das respostas que já deu suscitam-me outras perguntas e, portanto, será nesse sentido que introduzirei algumas questões.

Já agora, gostaria que me explicasse qual a exigência desse trabalho que tinha como coordenador, principalmente a partir do momento em que foi coordenador do departamento de *research*, julgo que era o termo. Quantas horas semanais lhe consumia esse trabalho?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que estando eu a coordenar este departamento de *research* e sendo Deputado na Assembleia da República toda a primazia e toda a prioridade era dada aos trabalhos parlamentares.

Portanto, no meu caso, posso dizer-lhe que, muitas das vezes, não existiam noites, não existiam fins-de-semana; eu estava no Banco quando não tinha de estar, digamos assim, nos trabalhos parlamentares e no Parlamento; para além disso, dispunha de uma excelente equipa na qual confiava em absoluto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era um trabalho remunerado, julgo.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sim, era um trabalho remunerado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tinha gabinete no banco?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, estávamos em *open space*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas tinha instalações onde trabalhava no local?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, trabalhava aos fins de semana, complementando o horário que lhe ficava livre.

Sobre a sua participação aqui, na Assembleia da República, ao longo dos vários anos e tendo em conta as tarefas concretas que tinha, como é que um Deputado assegura que, trabalhando num departamento que realiza estudos macroeconómicos e setoriais, a informação que obtém através do desempenho das funções de Deputado não é utilizada no departamento em que trabalha num banco? Como é que faz o *ring-fencing* disso?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, isso vai, obviamente, da consciência de cada um e da forma como as pessoas agem.

O que lhe posso dizer, no meu caso, é que eu sempre separei muito bem a minha atividade no Research do Banco Espírito Santo da minha atividade enquanto Deputado na Assembleia da República.

Agora, quer numa quer noutra, era e sou economista e, portanto, é natural que alguns dos assuntos fossem abordados pela mesma pessoa em circunstâncias diferentes.

Mas o que lhe posso dizer – e penso que isso foi notório em algumas ocasiões aqui neste Parlamento – é que sempre prezei muito a minha integridade, sempre prezei muito pensar pela minha cabeça e, portanto, não tinha opiniões diferentes consoante estava no Banco ou aqui, no Parlamento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, opiniões podia não ter, mas, enfim, a questão aqui não é a sua opinião, nem nos cabe julgar a sua opinião; aquilo que lhe perguntei foi como é que um responsável de um departamento de *research* de um banco, que, segundo percebemos, realizava estudos macroeconómicos e setoriais sobre áreas de negócio, eventualmente, separava as informações que obtinha através da sua participação enquanto Deputado na Assembleia da República do contexto laboral, digamos assim, do Banco. Aliás, o senhor foi responsável, inclusivamente Deputado-coordenador dos Deputados sociais-democratas, na COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), se não estou em erro, durante algum tempo.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não. O coordenador dos Deputados sociais-democratas na COFAP sempre foi o meu ex-colega Duarte Pacheco, por quem tenho muita estima e consideração...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Fazia apenas parte da COFAP. Peço desculpa.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Eu era da direção do Grupo Parlamentar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem. Portanto, na área do orçamento e finanças.

Mais tarde participou, e eu também, na comissão de acompanhamento às medidas contidas no plano de assistência a Portugal. Essas medidas, algumas delas, vieram, inclusivamente, a ter implicações no desenvolvimento do BES e do GES.

Mas antes de falarmos dessas medidas também gostava de lhe perguntar o seguinte: como é que o Deputado Miguel Frasquilho estava presente em reuniões à porta fechada, cuja informação era vedada ao público, e era ao mesmo tempo coordenador de um departamento de um banco sobre o qual se falava naquelas reuniões?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sobre o qual se falava naquelas reuniões?... Eu não me lembro de ter ouvido falar especificamente no Banco Espírito Santo nas reuniões de acompanhamento da troica.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Dr. Miguel Frasquilho, o sistema financeiro era abordado muitas vezes sem individualizar bancos, mas reconhecemos que, tendo respeito pelo que era discutido naquelas reuniões, as informações que ali eram trocadas tinham interesse para o conjunto do sistema financeiro e para a abordagem que, politicamente, cada um de nós faria sobre o sistema financeiro. Aliás, inclusivamente, lembro-me de várias vezes se discutir a estabilidade do sistema financeiro.

Portanto, o que lhe pergunto é qual é a segurança que nos pode dar, além da honra e da integridade, sobre a capacidade que tinha de gerir a

informação que tinha no âmbito de um grupo restrito na Assembleia da República, de uma comissão eventual que reunia à porta fechada, e um departamento de estudos macroeconómicos, precisamente a principal componente, a da macroeconomia, dos debates que se tinha naquelas reuniões.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — O Sr. Deputado já falou que eram questões relativas ao setor financeiro; agora, passou para a macroeconomia... Bom, a macroeconomia é algo que pode ser discutido em todas as suas vertentes, em todos os locais.

O que lhe posso assegurar, em primeiro lugar, é que o que se passava naquelas reuniões, objetivamente, não ficava à porta fechada, porque, depois... Aliás, o Sr. Deputado sabe-o tão bem como eu, porque também realizou algumas conferências de imprensa onde relatava, do seu ponto de vista, aquilo que tinha ocorrido naquelas reuniões, da mesma forma que eu o fazia, da mesma forma que os meus colegas do CDS, do PS ou do BE o faziam.

Portanto, se há coisa que aquelas reuniões não eram era secretas e também não me parece que fossem, minimamente, reuniões executivas, onde fosse discutido ou decidido o que quer que fosse.

Portanto, eu nunca tive acesso a qualquer informação privilegiada, não tive, e nem sequer discutia o que se passava nessas reuniões não só dentro do Banco como nem sequer dentro do meu próprio departamento de *research*, além daquilo que, depois, era público e que era noticiado em toda a comunicação social, a maior parte das vezes pelos Srs. Deputados que faziam as conferências de imprensa.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não tecerei considerações sobre o respeito pelo que era lá discutido e como cada grupo parlamentar divulgava ou não aquilo que lá era discutido – aliás, é evidente que cada um fazia a triagem do que achava que devia dizer cá fora. Admito que, de facto, utilizar as previsões macroeconómicas da troica e do Governo que ali se discutiam não fossem muito úteis para o BES, porque, de facto, aquilo não passava de propaganda e, portanto, uma pessoa que quisesse, de facto, trabalhar com os dados reais não faria fé nos dados da troica nem nos dos Governo e o BES teria, certamente, uma opinião diferente daquelas que ali foram sendo ventiladas. E isto é um comentário...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Obviamente, tínhamos as nossas próprias projecções.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois claro, até porque, provavelmente, sabiam que todas aquelas eram falsas.

Gostava também de lhe perguntar se, tendo em conta o relatório que já aqui foi mencionado de 2001 e o trabalho que o departamento de *research*, tanto quanto fui capaz de compreender, realizava na área da internacionalização e, julgo que a partir de determinada altura, até na dinamização das exportações, provavelmente...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, agora é que faço isso enquanto Presidente da AICEP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, não. Eu refiro-me ao departamento de *research*. O departamento de *research* também tem estudos na área da internacionalização.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não. Vamos lá ver: tem estudos de caracterização de diversas economias e, em algumas delas, de alguns setores. Desse ponto de vista, sim, não deixam de ser estudos, se quiser, internacionais, mas de caracterização e de dar conhecimento das tendências de diversos setores.

Era isso que se passava e nada mais.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem. Mas também realizavam estudos na área da internacionalização e na conquista de novos mercados, nomeadamente através de financiamento às exportações. Certo? Faziam esses estudos...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Nós não tínhamos nada a ver com o financiamento às exportações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Faziam a caracterização que depois o Banco utilizaria para...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Num processo de decisão que era posterior e no qual nós — e isto deve ficar muito claro — não participávamos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Bom, recolhiam informação e tratavam-na.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Está compreendido.

Nesse contexto, nunca o departamento ou o Dr. Miguel Frasquilho, enquanto coordenador desse departamento foi alertado para os riscos que eram identificados no relatório da Price de 2001, tendo em conta que uma parte substancial desses riscos se relacionavam com Angola?

E aproveito e anexo já outra pergunta, porque é semelhante, apesar de não ser sobre um país mas sobre uma empresa. Nessa altura, também as participações sociais do BES em algumas empresas, principalmente na PT, representavam perdas por imparidades não temporárias muito significativas. O departamento de *research* não fazia a discrição de empresas?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, nunca tive conhecimento de nada disso que está a referir. Nem eu nem o meu departamento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E fazia, ou não, também caracterização de empresas, ou só de países e de economias?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, penso que já respondi a isso. Havia um *research* de ações, o chamado *equity research*, onde, aí sim, as empresas eram analisadas e onde havia recomendações de compra e venda para os investidores, clientes, etc. Mas isso não tinha nada a ver comigo, eram áreas completamente diferentes.

Mais: a minha entidade patronal era o BES e esse departamento de *equity research* estava sediado no Banco Espírito Santo de Investimento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): – Partindo do princípio que, sendo um quadro dirigente do Banco, tem uma visão um pouco melhor do que a minha,

que sou um cidadão que viu a coisa acontecer de fora, gostava ainda de lhe perguntar quando é que tem a perceção de que existe um problema no BES ou no GES.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe para clarificar: o Sr. Deputado falou num quadro dirigente. Sim, eu era diretor mas não era, nem nunca fui, administrador do BES. Eu era colaborador do BES com um cargo de direção, com certeza, mas era colaborador.

Iniciei a minha atividade no BES muito antes de ter quaisquer funções políticas, estive no Governo durante um ano, saí e regresssei às funções de chefe do departamento de *research*. Portanto, as funções, embora com um âmbito mais alargado, eram basicamente as mesmas.

No que me toca, posso dizer-lhe que nunca tive parte ativa em nenhuma reunião do conselho de administração ou da comissão executiva do BES. Estive presente em algumas dessas reuniões na medida em que várias vezes era eu que efetuava as apresentações à administração sobre a economia global e a economia portuguesa.

Nessa qualidade, durante o tempo em que apresentava, naturalmente, recebia algumas perguntas, que tinham a ver com as matérias que estava a apresentar, por parte dos administradores, nomeadamente por parte do presidente, e passada essa minha intervenção eu saía e, portanto, não tinha conhecimento de mais nada que lá se passasse.

De resto, as primeiras informações que eu tive quanto ao que estaria para acontecer remontam às primeiras informações que foram publicadas na imprensa, penso eu, no final de 2013, e tinham a ver, nessa altura, com o Grupo e não com o BES. Foi nessa altura, final de 2013, que eu tive

conhecimento pela imprensa daquilo que, eventualmente, poderia estar a acontecer.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E não fez nenhuma diligência para tentar compreender a exposição que o Banco poderia ter aos problemas que estavam a ser divulgados sobre o Grupo?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, Sr. Deputado. O Sr. Deputado falou há pouco em *ring-fence* e isso fazia parte do meu *ring-fence*. Eu sabia aquilo que tinha de saber dentro da minha atividade no Banco e separei sempre muito bem o que era a minha atividade de coordenador do *research* do BES e a minha atividade enquanto parlamentar.

E, posso dizer-lhe — aliás, o Sr. Deputado saberá bem disto...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu não estava sequer a questionar essas duas atividades.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Mas eu entendo que é uma informação muito útil, talvez, recordar — e alguns dos Srs. Deputados provavelmente não se lembrarão — que, relativamente a quaisquer matérias que fossem discutidas neste Parlamento e que versassem diretamente sobre o setor financeiro, eu nunca tomei parte nessas discussões, nunca emiti opiniões e votei sempre alinhadamente com a minha bancada parlamentar sem emitir opiniões do que quer que fosse.

Mas posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que houve aqui matérias que eu votei — e votei favoravelmente, concordava com elas — que não eram propriamente simpáticas para o setor financeiro.

Por exemplo, posso dizer-lhe que votei favoravelmente a sobretaxa sobre o passivo do setor financeiro — aliás, numa altura em que o setor financeiro apresentava prejuízos —, porque era na altura em que se estava a exigir medidas de austeridade à sociedade portuguesa em geral e entendi que, de facto, nenhum setor deveria ficar de fora e também votei favoravelmente o alargamento das vantagens, vamos chamar-lhe assim, no que toca ao crédito à habitação que era concedido para as próprias pessoas que tinham esse crédito à habitação.

E, Sr. Deputado, vai-me permitir recordar que por altura — e lembrar-se-á disso certamente, porque este é um dos assuntos que é mais lembrado neste Parlamento de vez em quando — do PEC IV, quando foi público que a Associação Portuguesa de Bancos e um conjunto de banqueiros esteve na sede do PSD para, vamos dizer, convencer o, na altura, líder da oposição a votar favoravelmente o PEC IV (e, como se recordará, o PEC IV foi chumbado), eu também votei contra o PEC IV e não tive nenhuns problemas em dizer o que pensava sobre o PEC IV, tanto em documentos escritos — por acaso, não tomei parte nesse debate, apenas por acaso — como na possibilidade que tive de, em vários órgãos de comunicação social, incluindo na televisão, dizer o que pensava sobre o PEC IV e o que é que devia ser feito.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu, por acaso, tenho quase a certeza de que o Sr. Deputado interveio em algumas matérias, nomeadamente em propostas do PCP sobre o setor bancário e o sistema financeiro...

Aliás, até me lembro de uma vez em que eu próprio, da minha bancada, fiz um aparte em que lhe perguntava se estava a falar pelo PSD ou se estava a falar pelo BES, e até me lembro que, na altura, o Sr. Deputado ficou particularmente incomodado com esse meu aparte....

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Olhe, eu não me recordo. Pode ter acontecido...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há registo disso.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Pode ter acontecido...

O que lhe posso dizer é que sempre que ouvia a expressão «setor financeiro» não lhe vou dizer que fugia dela como o diabo da cruz, mas... Repare que eu nunca exerci funções executivas na atividade central do BES, tinha a meu cargo um departamento de *research* e era sobre isso que era a minha responsabilidade.

Agora, é evidente que, do ponto de vista macroeconómico, tudo pode ter a ver com tudo, como é evidente. Quando nós falamos de Orçamento do Estado, o Orçamento do Estado toca em todos os setores, toca na vida de toda a gente, mas mesmo nesses momentos não emiti opiniões sobre o setor financeiro em concreto e, como lhe disse, votei sempre alinhadamente com o meu grupo parlamentar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já não tenho mais perguntas, mas a questão de votar sempre alinhado com o seu grupo parlamentar pode demonstrar duas coisas: ou que o seu grupo parlamentar votava alinhado, eventualmente, pelos interesses dos bancos, o que, na maior parte dos casos, na minha opinião, era verdade, ou isso, por si só, não demonstra que não havia subordinação...

Mas, enfim, este é um comentário e aproveito, já agora, para lhe dizer que mal estaremos no dia em que os bancos tiverem os departamentos de investigação a funcionar dentro das universidades. Eu bem sei que na vossa

conceção de coisas o Estado pode ser utilizado para tudo e mais alguma coisa desde que seja ao serviço desses grandes interesses...

Disse no princípio da sua intervenção que o seu departamento podia funcionar numa universidade...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sim, é verdade!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, é verdade na sua perspetiva, mas na minha, felizmente, as universidades ainda não têm departamentos afetos aos bancos.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não foi isso que eu disse.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este é apenas um comentário, não é uma pergunta, mas, se quiser comentar, o Sr. Presidente decidirá sobre se lhe dá ou não a palavra.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Da forma como o Sr. Deputado encara determinados assuntos – e, como sabe, há um mar de diferenças entre a forma como eu encaro determinados assuntos e como o Sr. Deputado encarra esses mesmos assuntos – é de esperar que, em boa parte dos assuntos que digam respeito à economia, estejamos em desacordo em variadas vertentes. Penso que é disso que se trata e nada mais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tivemos aqui um pouco a antecipação do terceiro ponto dos trabalhos do Plenário de hoje.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Dr. Miguel Frasquilho e, sem querer antecipar nada, lembrar a posição do Bloco e a minha de que quem trabalha num banco não devia estar no Parlamento a votar leis sobre bancos. Mas esta é uma discussão que vamos ter esta tarde no Plenário e não faz muito sentido estar a antecipá-la neste momento.

Por isso, restam-me muito poucas perguntas, sendo a primeira a seguinte: ao contrário de muitas das pessoas que por aqui passaram, o Sr. Doutor tinha noção da complexidade da estrutura do Grupo para que trabalhava ou também tinha uma relação que era unicamente ligada ao BES, sem ter noção, depois, do GES e da ESI e da Rioforte?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr.^a Deputada, como já tive oportunidade de transmitir aqui, eu sabia que havia muitas entidades não só do Grupo Banco Espírito Santo mas também do Grupo Espírito Santo, mas nunca tive contacto com nenhuma dessas entidades e, sinceramente, a minha atenção estava voltada para as matérias que constituíam o meu dia a dia tanto no Research como no Parlamento e, portanto, não tinha essa noção do organigrama, se quiser, do Grupo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E nas funções de estudo ou de *research*, não sei muito bem qual será o melhor termo, quando fazia o acompanhamento da troica ou quando fazia outro tipo de acompanhamentos sobre variáveis macroeconómicas ou países em específico – e esta questão já foi colocada –, nunca abordou, e foquemo-nos na troica que é o exemplo mais concreto, a relação do BES com a troica? O seu papel era estudar a troica em Portugal em termos genéricos ou teve conhecimento da relação

entre o BES e a troica enquanto relação de supervisão financeira e de acompanhamento da situação financeira?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Nunca, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mais uma vez, enquanto responsável pelo gabinete de estudos alguma vez teve responsabilidades de analisar, imaginemos, um país relativamente ao qual o BES estava exposto ao nível de dívida soberana? Havia uma relação entre o gabinete de estudos e a exposição ou as escolhas de investimento do BES?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, Sr.^a Deputada, não havia.

Tal como já lhe referi, as nossas análises e o nosso trabalho eram apoio a montante e não durante o processo de decisão nem a jusante. Portanto, essa é uma questão que não se colocava.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mesmo que não seja no âmbito das suas funções, ou seja, de forma informal, por ter participado numa conversa, por ter ouvido alguém, quando é que teve noção dos problemas de endividamento do Grupo? É que em 2013 já se tinha muito a noção que aquilo estava numa situação um bocadinho complicada e parece-me que a situação era tão grave que era impossível disfarçar algumas vezes.

Portanto, a minha pergunta é: alguma vez participou numa conversa em que isso fosse tema? Quando teve noção de que o Grupo, mesmo que não fosse a falência iminente, estava com problemas financeiros?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr.^a Deputada, como já referi em resposta ao Sr. Deputado Miguel Tiago, tive conhecimento dessa situação

pela primeira vez no final de 2013, através das notícias que vinham na imprensa.

Nunca tive nenhuma conversa sobre esse tema até essa altura e, depois, o que foi sabendo foi tudo o que foi sendo público e publicado pela comunicação social.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E também nunca teve nenhuma conversa com o Governo ou com membros do Governo sobre a situação do BES?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não. Com certeza que não! Isso fazia parte do meu *ring-fence*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho mais perguntas. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, uma informação para registo de interesses. Eu tenho uma amizade e uma consideração pessoal pelo Dr. Miguel Frasquilho que gostava que ficasse explanada, sendo que tentarei que esta relação que existe não vá interferir demasiado com as perguntas que tenho de colocar, que vou tentar colocar, e vou fazê-lo dizendo, com a maior das franquezas, que quase tenho a certeza de parte das respostas que o Dr. Miguel Frasquilho me vai dar, mas como Deputado e nesta Comissão de Inquérito tenho o dever

de colocar as questões e, por isso, vou fazê-lo, até porque é essa a nossa função.

Irei, então, dividir as minhas questões em dois grupos: em primeiro lugar, na linha daquilo que já aqui foi de algum modo falado, sobre a crise do BES e do GES.

Nesta matéria, Sr. Dr. Miguel Frasquilho, apesar de algumas questões já terem sido respondidas, independentemente de contactos formais ou de relatórios, etc. – e a verdade é que todos nós tínhamos desde meados de 2013 notícias que iam saindo nos jornais –, isso não aguçou, de algum modo, a sua curiosidade para, do ponto de vista informal até, obter informações sobre o que é que se estava a passar?

Penso que, até por uma razão pessoal, se eu estivesse a trabalhar numa empresa e se fossem saindo notícias referindo que a empresa poderia estar potencialmente em dificuldades, nem que seja pelo ponto de vista pessoal, para acautelar o meu futuro, eu procuraria saber se aquilo teria algum fundamento.

Portanto, pergunto-lhe se isso foi feito ao longo dos meses de 2014.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, quero também fazer o meu registo de interesses. Tenho uma amizade e uma admiração especial, recíproca, pelo Deputado Duarte Pacheco. Aliás, devo confessar que estou hoje — e não me levarão a mal que faça este aparte — numa situação em relação à qual nunca me tenderia a ver, que é a ser questionado, eu próprio, pelo Deputado Duarte Pacheco. É uma situação *sui generis*, mas...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — A ser ouvido...

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — A ser ouvido, exatamente.

De qualquer maneira, é um gosto poder responder às questões que me está a levantar.

O Sr. Deputado questionou-me sobre se eu não tive curiosidade. O Sr. Deputado sabe que as notícias que iam saindo nunca envolveram a minha entidade patronal, ou seja, o BES; eram notícias que davam conta do universo em redor, ao qual eu nunca estive ligado, embora como já referi, os relatórios que elaborávamos eram distribuídos não só pelo Grupo mas também pelos clientes e, como já tive oportunidade de referir, fazia parte do meu *ring-fence* estar informado, e obviamente tinha de estar, sobre a atividade do meu departamento de *research* e sobre as matérias que versava e não tinha nenhuma necessidade de saber, nem o queria, o que se passava no universo do Grupo Espírito Santo. Não tinha essa atribuição, não tinha essa competência e não tinha de ter.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Outra das notas que temos estado, de algum modo, ao longo desta Comissão de Inquérito, a apreciar é o modo, vamos dizer, menos profissional, para tentar ser simpático, como, afinal, o Banco era gerido, com um grau de informalidade razoável e com alguns dos colaboradores que já aqui estiveram a dizer que atuavam por relações de confiança e que, portanto, não esperavam orientações escritas, bastava uma palavra, nomeadamente do Dr. Ricardo Salgado, e agiam, independentemente de ter de se esperar por atas de conselho de administração, por orientações de serviço, etc.

Ora bem, como colaborador, também pode confirmar esta informalidade, que para alguns foi uma surpresa, considerando o estatuto que o Banco tinha na economia portuguesa?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, posso dizer-lhe que nunca dei por essa informalidade porque, naturalmente, tinha de discutir os assuntos do meu departamento com o administrador a quem respondia, mas falávamos sobre esse assunto, sobre as questões que surgiam, que teriam, ou não, de ser ultrapassadas e de que forma é que o eram. Portanto, era nesse âmbito que tinha relações profissionais, claro, com os diversos administradores a quem reporte: Dr. Manuel Pinho, Dr. Ricardo Salgado e Dr. Amílcar Morais Pires.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Deixando um pouco a crise do BES, outro dos objetivos desta Comissão, de acordo com a deliberação que o Plenário aprovou, é avaliar alguma relação entre o poder político e o próprio Banco. Daí eu colocar a questão de saber se alguma vez se sentiu constrangido na sua atuação política pelo facto de ser colaborador do Banco ou, mais, se alguma vez recebeu alguma orientação expressa para alguma ação política por parte da administração do Banco.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, se não levar a mal, e se o Sr. Presidente o permitir, vou citar a resposta que dei ao Dr. Pedro Santos Guerreiro, na altura, diretor do Jornal de Negócios, aquando do lançamento do meu livro, em 2013, em que tive oportunidade de ser entrevistado. Ele fez-me uma pergunta e penso que com esta resposta, que aqui está escrita e é pública, respondo ao que o Sr. Deputado me estava a perguntar: «O seu patrão é o Dr. Ricardo Salgado. Ele liga-lhe a perguntar sobre coisas que estão a ser discutidas no Parlamento? Não mete cunhas?» E a minha resposta foi: «Não. Nunca se passou, nem passará».

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas veio a público, em 2005, um telefonema do Dr. Ricardo Salgado a mostrar desagrado por um artigo seu no *The Wall Street Journal*. Significa, então, que o patrão, vamos dizer assim, do ponto de vista profissional, não estava satisfeito com a sua ação política?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, esse episódio que cita é um excelente exemplo da minha forma de estar na vida, de estar profissionalmente e também na política. É também uma prova, creio, de que sou um ser livre e independente.

Ele não tinha de estar de acordo com tudo o que eu fazia, da mesma forma que o Sr. Deputado se recordará, até porque somos colegas de partido, de algumas ocasiões em que, em alguns congressos, emiti opiniões que talvez não tenham sido muito apreciadas, mesmo ao nível da direção.

Recordo-lhe que, em 2010, tive oportunidade de dizer que íamos chegar a uma situação que era indesejável, mas que íamos lá chegar, e que iria haver cortes de salários e de pensões. Enfim, para um partido que está na oposição e que aspira a ser poder, talvez este não tenha sido o episódio mais simpático, e recordo-me das reações que tive de vários colegas, de vários companheiros nossos de partido.

Recordo-me também de algumas declarações de voto aqui, no Parlamento. Enfim, havendo disciplina de voto em determinados assuntos, como teria de haver, manifestei a minha não concordância, vamos dizer assim, com algumas das matérias que estavam a ser discutidas. E junto-lhe a estes episódios da vida partidária o facto de ter votado contra o PEC IV aqui, no Parlamento, como já referi há pouco ao Sr. Deputado Miguel Tiago, de ter votado favoravelmente a sobretaxa sobre o passivo do setor financeiro ou outros diplomas que não eram propriamente favoráveis, digamos assim, aos

resultados do setor financeiro. Episódios desses sempre existiram e não foram esses episódios que me coibiram de ter a minha própria opinião.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Mas reconhece que havia, pelo menos, a fama de o BES ter contactos muito próximos do poder político, conseguindo que muitos projetos avançassem com o interesse do próprio Banco Espírito Santo, para os poder financiar.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, se isso existiu, posso assegurar que nunca foi através de mim.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Dr. Miguel Frasquilho, coloco-lhe um último conjunto de perguntas já para um terceiro ponto do objetivo do nosso trabalho, a avaliação da crise no GES e no BES na economia portuguesa.

Pode relatar-nos agora, tendo em conta já não as funções anteriores mas as atuais funções, se tem perceção do impacto na credibilidade do País, do sistema financeiro, da atração de investimento, que esta crise tenha provocado, ou esteja a provocar, nos meios financeiros internacionais?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, é uma questão muito relevante.

O que lhe posso dizer é que, desde que sou Presidente da AICEP, tenho contactado com inúmeros investidores, sobretudo internacionais — aliás, também já o fazia anteriormente e noutras funções, como é óbvio —, sempre falando sobre a economia portuguesa, naturalmente, tendo havido em determinado período, nomeadamente em setembro e outubro de 2014, muitas perguntas de investidores, em viagens e missões que realizei, sobre o que

tinha acontecido ao Grupo Espírito Santo e ao Banco Espírito Santo, mas nunca senti que o aconteceu beliscasse a trajetória ascendente, em termos de credibilidade, que o nosso País apresentava.

A verdade é que hoje, tendo-se passado mais de 10 meses da minha entrada na AICEP, posso dizer-lhe que a perceção que existe internacionalmente sobre Portugal, sobre a nossa credibilidade, sobre o trabalho e o esforço extraordinário que foi feito pelo povo português, pelo País, como um todo, é que essa credibilidade tem vindo a ser ganha de forma crescente e penso eu que nos permite pensar num futuro bastante mais positivo do que aquilo que vivemos, e que foi muito difícil, nos últimos três a quatro anos.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Uma última pergunta: tendo em conta a sua experiência profissional, de formação e também política, de todo este caso, pode identificar-nos ou sugerir-nos — e todos os contributos são importantes, em termos de relatório, para ações que as forças políticas possam depois vir a desenvolver — melhorias que devem ou podem ser preconizadas em termos de toda a regulação do sistema financeiro para que casos como este não se voltem a repetir?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, a regulação do setor financeiro nunca foi uma matéria sobre a qual tivesse de me debruçar. Posso aprofundar os meus estudos e posso estudar o assunto, mas não era uma matéria em relação à qual tivesse que emitir opiniões e, portanto, evidentemente, não tenho um conhecimento aprofundado sobre ela.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Dr. Miguel Frاسquillo.

Não temos aqui nenhum conflito de interesses, felizmente, nem nenhuma declaração a fazer sobre essa matéria. A minha tarefa está muito simplificada pelas perguntas já feitas e pelas respostas já dadas e devo confessar, aliás, que, para fazer as que farei e anunciarei seguidamente, utilizei um método de *research* que é bastante banal em materiais de fonte aberta,...

Risos do Deputado do PSD Pedro Saraiva.

... que foi, basicamente, consultar o que é que o portal da liderança diz sobre o nosso depoente.

Sublinho, entre muitas outras coisas, que foi, num determinado momento, pela primeira vez, empenhado nas atividades políticas quando foi Secretário de Estado do Tesouro no Governo do Dr. Durão Barroso. Seguidamente, diz o portal e não eu, a relação com Manuela Ferreira Leite, então, Ministra das Finanças, não foi fácil ...

Risos dos Deputados do PSD Duarte Pacheco e Pedro Saraiva.

... e acabou remodelado cerca de um ano depois. Na altura foi autor e responsável, em conjunto com Carlos Tavares, do famoso «choque fiscal», defendido no Programa do PSD, etc.

Depois, sublinha-se que, no Congresso de 2010 do PSD, quando Passos chegou ao poder, causou polémica ao defender cortes salariais. Assim foi.

Na atual Legislatura, foi um dos primeiros elementos da maioria a pedir mais tempo para o ajustamento de Portugal. Como liberal assumido, continua a defender a baixa dos impostos, apontando baterias ao IRS.

Isto, evidentemente, não passa de uma ficha analítica de um portal de liderança, não mais do que isso, e a razão pela qual está aqui é muitíssimo diferente e tem a ver com o objeto deste inquérito.

Julgo que, em relação ao objeto do inquérito, respondeu «não» a todas as perguntas cruciais que já foram formuladas. Ou seja, não teve nada a ver com a *equity research* feita pelo BESI, fazendo recomendações concretas de compra e venda; não analisou, em nenhum momento, a estrutura do universo Espírito Santo nem os problemas de *governance* que daí resultavam; nunca foi instruído pelo BES, na sua estrutura de comando, para tomar esta ou aquela decisão.

Portanto, tenho aqui, e registámos todos, uma coleção de «nãos» às perguntas essenciais. A única área onde se regista uma questão que é interessante e que seria, porventura, objeto de um *case study*, o que não é, obviamente, objeto desta Comissão, é a dos problemas muito melindrosos que resultam da acumulação de funções públicas e privadas que envolvam navegação no mesmo território, que é, de facto, uno, tal como o mar. O mundo da economia e das finanças, visto do ângulo da Assembleia da República ou visto algures num prédio da avenida da Liberdade, é o mesmíssimo e, portanto, a separação é muito difícil de fazer.

Por uma mera coincidência e um acaso muito simples, uma vez que a minha atividade não passava pelo debate diário na Assembleia da República, fui testemunha, acompanhei, um episódio que revelou enormemente as implicações desse possível conflito. Quando o Sr. Doutor teve ocasião de participar na elaboração de um documento chamado *A economia portuguesa*, em maio de 2010, foi chamado parlamentarmente a um debate com o Sr.

Ministro Jorge Lacão, a quem fez bem-humoradas acusações, aliás, de fazer propaganda do Governo, sendo certo que tinha defendido perante potenciais investidores estrangeiros a tese de que não havia riscos de liquidez, havia esforços do Governo de então para reduzir o défice das contas públicas e havia razões para ter confiança no crescimento da economia portuguesa, coisa que depois teve o desfecho que todos sabemos, designadamente em matérias de PEC e de entendimentos entre o maior partido da oposição de então e o Partido Socialista.

Portanto, o único domínio onde esse choque se evidenciou de uma maneira muito expressiva, não invocada aqui, foi este. O que gostava de lhe perguntar é qual é a conclusão que tira desse choque e da dualidade que teve de assumir, uma espécie de *Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, mas muito mais do que isso, e a dificuldade de evitar que essa porosidade pudesse influenciar o exercício do seu mandato.

Em relação às outras questões, verdadeiramente, esta audiência traz-nos, digamos, zero de contribuição líquida para descobrir as anomalias do Grupo Espírito Santo e a relação incestuosa BES/Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, vai ser, talvez, a resposta mais longa que vou ter de dar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em primeiro lugar, cumprimento o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, incluindo o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

Devo dizer que concordo com o que o Sr. Deputado acabou de dizer agora mesmo, no fim. Estou aqui com todo o gosto, como já referi em várias ocasiões, mas, de facto, tenho alguma dificuldade em perceber por que é aqui estou. Enfim, estou e estou com gosto, vim aqui com gosto.

Pegando nos pontos que o Sr. Deputado referiu, as coisas devem ser rigorosas. Não estou a dizer que o Sr. Deputado não foi rigoroso, as fontes que consultou é que não são rigorosas. Nunca defendi cortes salariais e de pensões, o que eu disse foi uma coisa diferente. Disse que eles iam acabar por ser uma inevitabilidade, face à trajetória que o País estava a prosseguir. Se isso depois foi desvirtuado... Olhe, quem anda à chuva molha-se. Portanto, tendo falado nesse tema, como se costuma dizer, pus-me a jeito para que essas interpretações pudessem ocorrer.

Depois, também não defendi que fosse o Governo a pedir mais dois anos à troica. Não, não! O que eu disse, e disse-o em julho de 2012, foi que, considerando os esforços titânicos que estavam a ser feitos e pedidos ao povo português para cumprir, nomeadamente as metas do défice, e tendo muito presente, e era o que os dados apontavam, que essas metas não iam ser possíveis de alcançar, não porque não houvesse empenho mas porque o desenho, o calibre do modelo inicial estava mal feito (o modelo não estava bem desenhado), as contas implicavam muito claramente — e não eram contas muito difíceis de fazer — que dois anos seria uma trajetória em que já seria possível cumprir os objetivos.

Recordo que, na altura, o líder do maior partido da oposição pedia apenas um ano. Até fui acusado de ter ultrapassado na altura o próprio líder do Partido Socialista, mas não era esse o meu objetivo. O meu objetivo não era o de ultrapassar ninguém, era, de facto, o de tentar perceber as condições mais propícias para que Portugal pudesse cumprir aquilo que estava acordado.

A verdade é que oito ou nove meses depois, e a seguir a um enorme aumento de impostos, que teve de ser feito porque a troica não foi flexível a esse ponto nem atendeu a isto que eu lhe referi, a troica deu os tais dois anos mas já em condições de deterioração da economia superiores em relação ao

período em que eu tinha feito esta advertência. Portanto, o seu a seu dono. Foi exatamente isto que eu disse.

O Sr. Deputado também recordou vários exemplos da minha passagem pelo Governo, que durou exatamente um ano, de 8 de abril de 2002 a 8 de abril de 2003.

O choque fiscal, sim, é uma proposta em relação à qual ficarei para sempre ligado e da qual me orgulho muito, como pode...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Se me permite, eu não o interroguei sobre memórias histórico-biográficas. Por favor!

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Já vou referir-me ao ponto que tinha sugerido.

Sabe que esse potencial conflito de interesses que o Sr. Deputado identificou surgiu até numa discussão que eu tive com o meu amigo Deputado João Galamba,...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Fim!

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — ... que, na altura, não era de facto meu amigo, conhecíamos-nos há pouco tempo. Ele tinha acabado de chegar ao Parlamento e teve acesso a um documento do Research do BES em que, na última página — e se tivesse falado comigo teria obtido uma posição diferente, embora eu reconheça também que não reagi propriamente da melhor forma quando tive conhecimento de que o relatório ia ser utilizado como argumento —, constava a constituição da equipa onde eu aparecia, naturalmente, como responsável, à cabeça.

Quem elaborou aquele estudo — e nós tínhamos liberdade de opinião no Research — foi o nosso economista chefe. Se bem me lembro, o que se dizia e o que causou esse potencial conflito de interesses foi que estaria escrito que no período de 2005 a 2008 tinha sido possível reduzir o défice público em Portugal, o que é verdade. E a parte com a qual eu não concordo, apesar de estar escrito nesse relatório — como disse, não fui eu que o elaborei, eu era o responsável —, é a que dizia que tinha havido consolidação orçamental sustentável. Ora, eu não defendo isso. Não o defendi nas apresentações que fiz com investidoras internas ao Grupo Espírito Santo, etc., e não o defendi nunca aqui, no Parlamento.

Houve uma redução do défice? Sim! Como é que ela foi feita? Do meu ponto de vista, não foi feita da forma mais adequada, mas que ela existiu, existiu. E, sim, também disse perante investidores que essa redução do défice tinha existido.

Se estou a falar perante investidores internacionais, não devemos, sem nenhum motivo para isso, denegrir a imagem do País. Aliás, aconteceu até um episódio recente em que isso foi bem visível — e acho que é muito saudável que assim aconteça — com o principal partido da oposição, e eu defenderia, e estaria aqui a tecer os mesmos comentários, se tivesse sido com qualquer outro partido.

Sr. Deputado, soube agora pelas intervenções da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua e do Sr. Deputado Miguel Tiago que vai haver um debate hoje sobre a questão dos conflitos de interesses. Tenho a opinião de que não é nada prejudicial, muito pelo contrário, que existam Deputados que estejam em regime de exclusividade e existam Deputados que não estejam em regime de exclusividade, porque penso que os perfis se podem complementar. Isso depois, obviamente, vai da forma como cada um encara as coisas, vai da consciência de cada um.

Posso dizer-lhe que, no meu caso, todas as matérias de economia em relação às quais tenho investigado e tenho trabalhado foram, evidentemente — e seriam sempre —, muito úteis em muitos debates parlamentares. É natural que assim seja. É a minha profissão e eu estudava, e continuo a estudar, esses fenómenos.

Em relação aos Deputados que estão ou não em regime de exclusividade — e esta é apenas a minha opinião, já nem sequer sou Deputado e, portanto, não vou, obviamente, tomar parte nem votar o que quer que seja quanto a essa matéria —, tenho a ideia de que se os conflitos de interesse existirem dependem de cada Deputado, dependem da consciência de cada um. No meu caso particular, nunca senti esses conflitos de interesse, mesmo nesse episódio que eu já tive oportunidade de esclarecer e que o Sr. Deputado aqui questionou.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Vou inibir-me e refrear de discutir a matéria que o Plenário discutirá daqui a pouco, mas a conclusão que eu retiro desse episódio concreto que aqui trouxe, não por acaso, é que pode correr-se o risco de ficar de mal com a República por amor do interesse privado e de mal com o interesse privado por amor da República.

Nesse caso concreto, houve uma situação conflitual, denunciada pelo Deputado João Galamba, que deu origem a um debate que foi clarificador, obviamente, e do qual é preciso tirar lições. Por exemplo, teve nesse estudo previsões corretas. Previu que o Governo não cairia antes das presidenciais, disse que o risco era de 0% e, de facto, foi de 0% até às presidenciais; depois passou a ser de 100%.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Sr. Deputado, se me permite, deixe-me dizer-lhe...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não queria maçá-lo com isto.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, não.

Deixe-me dizer-lhe só que nesse período que referiu, de 2005 a 2008, na nossa atividade de projeção e de previsão, na minha atividade de *research*, algumas vezes acertámos, e até dissemos que o défice ia ser melhor do que aquele que iríamos ter. E acertámos sempre. Falhámos, é verdade que falhámos em 2009 e em 2010, em que o défice acabou por atingir valores à volta dos 10% e 11% do PIB, não tendo, nem nós nem ninguém, sido capazes de prever aquilo que se iria passar e os valores que iriam ser atingidos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Nem o próprio Governo, nem ninguém. Nisso estava acompanhado!

Tenho duas outras perguntas para lhe colocar, sendo uma delas sobre o seu aconselhamento do Dr. Ricardo Salgado no período a que estamos a aludir. Ou seja, não o aconselhou, em nenhum momento, sobre questões relacionadas com as declarações públicas que ele fez e que muito irritaram o Ministro Vítor Gaspar sobre a insustentabilidade da dívida soberana? Portanto, no *think tank* que aconselhou o Dr. Ricardo Salgado não estava o Dr. Miguel Frasquilho?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, não estava, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, não tem nenhum depoimento pessoal a dar sobre o episódio narrado no *best seller O Último Banqueiro*, em que é descrita a reunião do então Ministro pouco antes da cessação de funções? Pergunto-lhe: não teve qualquer intervenção nessa matéria?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, não tive qualquer intervenção nessa matéria e o que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que, com base nas minhas próprias projeções, nos meus próprios modelos, no trabalho que sempre fiz nessa matéria e em hipóteses que são admitidas, tinha e continuo a ter a opinião de que a dívida pública portuguesa é sustentável.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Faço-lhe uma última pergunta que não é pessoal, é resultante da informação que deu, embora envolva uma componente sobre as suas finanças. Tinha ações do BES como alto quadro do Banco?

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Ao longo da minha vida profissional ligada ao Banco Espírito Santo, em diversos momentos, tive ações do BES, tive ações que comprei, tive ações que me foram atribuídas como complemento de rendimento, tive ações que vendi, umas vezes a ganhar e outras vezes a perder.

Aliás, deixe-me dizer-lhe — e considero-me, enfim, um economista relativamente competente, penso que o meu passado também fala por mim — que os meus amigos dizem que já não sou tão competente quando se trata de investimentos no mercado de capitais. Portanto, talvez devesse dedicar apenas a minha atenção no que diz respeito à análise macroeconómica e não em termos de mercado de acionista ou de outros instrumentos de mercados de capitais.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — A pergunta é uma prova dos nove, porque passa-se do macro para a micro economia, a economia pessoal, e tem sido feita aqui com grande frequência, portanto não é uma originalidade.

Queria saber se, em função das informações e do juízo que formou sobre as dificuldades do GES e com a possível projeção no BES, acautelou, como alguns do próprio executivo acautelaram, a venda das ações que tinha em bom tempo ou se esperou e com isso perdeu, e, em último lugar, queria saber se foi ao aumento de capital.

O Sr. Dr. **Miguel Frasquilho**: — Não, Sr. Deputado, não fui ao aumento de capital. Como lhe disse, ao longo dos últimos 20 anos, foram diversos os momentos em que tive, em que comprei e em que vendi ações do Banco Espírito Santo. Nunca tive acesso, durante todo este tempo, a qualquer informação privilegiada fosse de que natureza fosse.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Sr. Presidente, nada mais havendo a perguntar, resta o exercício das funções que à mesa cabem.

O Sr. **Presidente**: — E a mesa continuará a exercer as suas funções.

Sr. Dr. Miguel Frasquilho, muito obrigado por voltar a vê-lo na Assembleia da República, embora por pouco tempo, e muito obrigado pelas suas respostas.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 24 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.